

*Eliminação de privilégios a determinados grupos sociais é consenso entre especialistas para a reforma em análise pelo governo*

# Isonomia deveria pautar nova Previdência

**N**ão há alternativa: a proposta de reforma da Previdência que está sendo formulada pelo governo federal tem de excluir privilégios ou o sistema de aposentadorias no Brasil quebra. Esse foi um dos consensos do 1º Seminário Nacional de Educação em Seguros, realizado em São Paulo no último dia 26 pela CNseg (Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização).

Entre os privilégios estão a possibilidade de aposentadoria antes de uma idade mínima, as especiais para professores, policiais-militares e militares (que se aposentam com menos anos de contribuição), as diferenças entre homens e mulheres e o acúmulo de pensões e aposentadorias.

"É preciso que acabemos com essas distorções. Se alguém tem privilégios, outros pagam a conta", afirma Edson Franco, presidente da FenaPrevi (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida),

um dos palestrantes do seminário.

Para Franco, a discussão sobre a reforma da Previdência é urgente e precisa ser apartidária, além de ser conduzida de forma transparente. "É preciso explicar às pessoas quais serão as consequências se nada for feito já."

Os números são preocupantes do ponto de vista financeiro. A faixa das pessoas com mais de 60 anos é a que mais cresce no Brasil, cerca de 4% ao ano. Em 1980, eram 7,2 milhões de brasileiros nessa faixa etária. Em 2050, serão 66,5 milhões. Já a dos chamados economicamente ativos (15 a 59 anos) terá 128 milhões em 2050, praticamente o mesmo número registrado em 2010.

Mais idosos significa mais pessoas recebendo benefícios da Previdência oficial. Menos jovens significa menos pessoas contribuindo para os cofres que bancam essas aposentadorias. A conclusão matemática é simples: a conta não fecha.

"O Brasil gasta hoje 11% do PIB (Produto Interno Bruto) com aposentadoria. Gasta o mesmo que a Alemanha e o Japão, mesmo sendo um país muito mais jovem", afirma Paulo Tafner, economista e ex-diretor do IBGE.

A adoção de uma idade mínima para a concessão da aposentadoria (o Brasil é um dos poucos países que não a aplica) teria dois

efeitos: reduziria o número anual de novos aposentados e as pessoas ficariam menos tempo recebendo o benefício.

Hoje, na média, homens completam 35 anos de contribuição (o que dá a eles o direito de se aposentar) aos 55 anos. As mulheres, mais cedo (aos 52).

As discussões sobre a insustentabilidade dos modelos oficiais de previdência oficial não se restringem ao Brasil. Todos os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) promoveram alterações em seus sistemas. Na grande maioria, a idade mínima para começar a receber benefício é de 65 anos, mas já há estudos para aumentar essa faixa para os 70. Muitos eliminaram as diferenças entre homens e mulheres e há incentivos para que as pessoas continuem na ativa.

O Brasil também já promoveu algumas mudanças. Em 1999, no governo FHC, foi adotado o fator previdenciário, que reduz o valor do benefício de acordo com a idade da pessoa no ato da aposenta-

doria. Quanto mais jovem, menor o valor do benefício.

No fim do ano passado, no governo Dilma Rousseff, foi adotada a regra 85/95, que determina que só têm direito à aposentadoria integral (limitada ao teto que hoje está em R\$ 5.189,82) as mulheres cuja soma da idade mais o período de contribuição alcance ao menos 85 e os homens cuja mesma soma dê ao menos 95.

## ACÚMULO DE PENSÕES

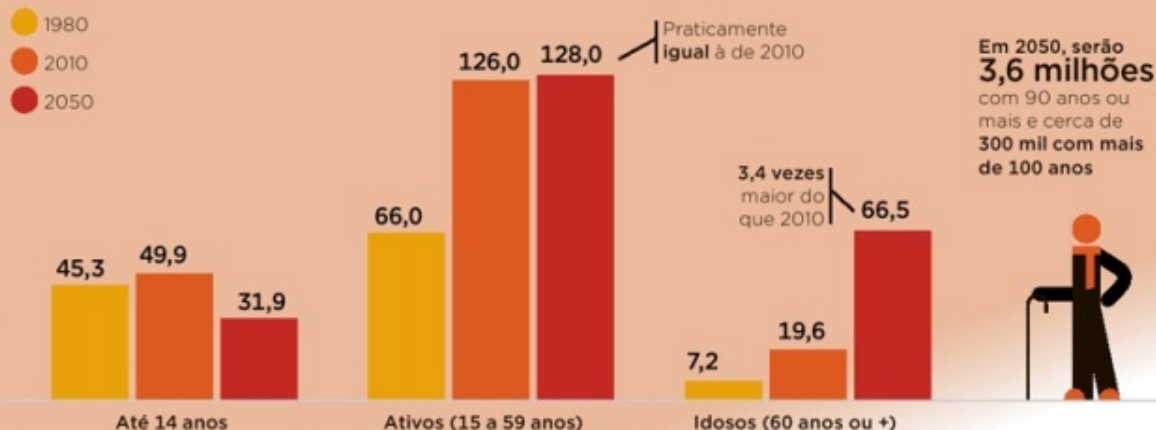
Outro privilégio inadequado que drena os cofres da Previdência é a possibilidade de acúmulo de benefícios (pensão por morte do cônjuge ou genitor com aposentadoria, por exemplo). A maioria dos países desenvolvidos proíbe esse acúmulo. O Brasil não.

Com isso, o gasto do Brasil com pensões é 2,5 vezes a média mundial, diz Tafner. "No Brasil, metade das pessoas que recebem pensão acumula outra renda, seja salário, seja aposentadoria", afirma.

**Marcelo Neri**, economista da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e ex-presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), sintetiza: "O sistema previdenciário brasileiro é generoso, porém insustentável".

## REVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA E CONSEQUÊNCIAS

Número de brasileiros por faixa etária, em milhões de pessoas



Fonte: IBGE (revisão 2013)

### Idade mínima de aposentadoria no mundo

Em anos

	Homem	Mulher
Alemanha	65	65
Argentina	65	60
Holanda	65	65
Chile	65	60
Itália	65	60
Coreia do Sul	65	65
México	65	65
Noruega	67	67
Dinamarca	67	67
Peru	65	65
Espanha	65	65
Portugal	65	65
Estados Unidos	67	67
Reino Unido	65	65



**No Brasil não há idade mínima.** Na média, quem se aposenta por tempo de contribuição tem **55 anos** (homens) e **52** (mulheres)

### Acumulação de benefícios no Brasil

Dos que recebem pensão por morte (2013)



## NOVA PREVIDÊNCIA

Pontos que devem constar da proposta de reforma da Previdência a ser enviada pelo governo ao Congresso



### Idade mínima

Deverá ser instituída uma idade mínima para aposentadoria. Uma das propostas é definir os 65 anos, tanto para homens como para mulheres



### Tempo de contribuição

Além da idade mínima, para se aposentar a pessoa terá de ter contribuído por ao menos 25 anos. Hoje, são exigidos 15



### Regra de transição

Está em estudo uma regra de transição para homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45 no momento de aprovação das mudanças. Para esses, a aposentadoria poderá vir antes dos 65 anos, mas terão que trabalhar 50% a mais do que prevê a regra atual. Por exemplo, se pelas regras atuais faltar um ano para ter direito à aposentadoria, será preciso trabalhar um ano e meio



### Menos casos especiais

Acabar com aposentadorias especiais para professores, policiais-militares e militares



### Pensão

A pensão por morte, que é integral, deve ser reduzida para 50%, mais 10% por dependente



### Mudança na fórmula de cálculo

Hoje, levam-se em conta os 80% maiores salários de contribuição desde 1994, corrigidos pela inflação. Uma das propostas é que o benefício seja o equivalente a 75% da média salarial, mais um ponto percentual por ano de contribuição adicional além do mínimo exigido



### Sem acúmulo

Passaria a ser proibido o acúmulo de pensão por morte e aposentadoria. Os beneficiários teriam que escolher um dos dois



### Salário mínimo

O piso da aposentadoria continuaria a ser corrigido como o salário mínimo. Já os benefícios assistenciais concedidos a idosos e deficientes seriam reajustados pela inflação







A partir da esquerda, os debatedores Paulo Tafner, Solange Beatriz Mendes e Edson Franco e a jornalista Flávia Oliveira